

Da Descolonização ao Pós-colonialismo: perspetivas pluridisciplinares

UNI VERSI DADE DO PORTO
11-13 NOVEMBRO 2015



U. PORTO

FACULDADE DE LETRAS
UNIVERSIDADE DO PORTO



ces

Centro de Estudos Sociais
Laboratório Associado
Universidade de Coimbra



CIEE

CENTRO DE INVESTIGAÇÃO
e
INTERVENÇÃO EDUCATIVAS

TÍTULO

Da Descolonização ao Pós-colonialismo:
perspetivas pluridisciplinares

DESIGN DA CAPA

Marta Silva

DESIGN EDITORIAL

Serviço de Comunicação e Imagem
– Faculdade de Psicologia e de Ciências
da Educação da Universidade do Porto

ISBN

978-989-97744-8-3

* A apresentação profissional e institucional de cada autor
reporta-se ao momento em que cada texto foi submetido
pelo que pode estar desatualizada.

PORTO, 2019



COORDENAÇÃO GERAL

Manuel Loff

Ana Sofia Ferreira

João Caramelo

COORDENAÇÃO CIENTÍFICA

Alice Samara

Álvaro Curia

Ana Sofia Ferreira

Anne-Laure Bonvalot

Bruno Sena Martins

Carla Prado

Dalila Coelho

Isabel Menezes

João Caramelo

Luciana Soutelo

Manuel Loff

Marcos Cardão

Maria Paula Meneses

Marta Silva

Miguel Cardina

Sandro Campos

Índice

Apresentação	7
 Capítulo I — Educação, Pós-colonialismo e Globalização	
Amor à Terra ALCIONE NAWROSKI	13
Educação para as relações étnico-raciais na formação inicial de professores ALEXANDRE PAULO LORO	27
Racismo e Preconceito na escola: a intervenção da educação física na desconstrução do mito da superioridade racial ALEXANDRE PAULO LORO E EUGENIA PORTELA DE SIQUEIRA MARQUES	39
O que nos dizem os livros quando os fazemos falar? ALEXANDRE FONSECA	57
O Ensino da História da África e Cultura Afro-brasileira e a Abordagem do Ciclo de Políticas CARMEN REGINA TEIXEIRA GONÇALVES	77
 Capítulo II — Negociação de identidades nacionais em contextos pós-coloniais	
Pobreza y género: dos de las invenciones más condicionantes de África. BEGOÑA DORRONSORO	89
Identidades sinomusulmanas: miradas decoloniales a los conflictos étnico-religiosos CHIARA OLIVIERI	109
Estímulos e desafios da “Moçambicanidade”: breve análise sobre processos de construção da identidade nacional e cultural em Moçambique FABRÍCIO DIAS DA ROCHA	129
Alteridade Européia: Karl Marx e Max Weber na Construção do conceito de sujeito e coletividade nas Ciências Sociais JOÃO DANTAS DOS ANJOS NETO E SANDRA REGINA MARTINS CALDAS	145
O fantasma do ‘inimigo’ na construção do projeto identitário em Moçambique. MARIA PAULA MENEZES	159

Capítulo III — Processos políticos e económicos da descolonização

- A mão estendida da América e a rejeição de Salazar.**
ANABELA SILVEIRA 181
- O problema colonial no pensamento de António Sérgio.**
LAURINDO MEKIE PEREIRA 203
- O Hamas e o processo de descolonização Palestiniano.**
PAULO BARATA 223
- Sierra Leone and the process of decolonization:
from the British dominance to the armed conflict**
MAURÍCIO VIEIRA 237

Capítulo IV — Refluxos) demográficos e processos pós-coloniais de recomposição social

- Da saída dos portugueses de Angola
ao fenómeno do desretorno dos binacionais.**
CAROLINA PEIXOTO 255
- O Estado da Nação — o impacto do retorno de África.**
FÁTIMA LOUREIRO DE MATOS E SANDRA MELO 273

Capítulo V — Usos do passado colonial e pós-colonial: memória(s) e representações dos conflitos e das transições

- A questão onomástica entre índios e jesuítas
no processo catequético e o rumo das missões
na contemporaneidade**
GUILHERME LIMA CARDOZO 295
- A esconjuração da escultura pública
portuguesa no contexto pós-colonial**
RICARDO J. R. MENDONÇA 315

O fantasma do 'inimigo' na construção do projeto identitário em Moçambique

Maria Paula Meneses

CES, U. Coimbra

Resumo

Destacando o papel da luta armada na conquista da independência, a macro-narrativa sobre a luta nacionalista inaugurada com a independência de Moçambique tem-se centrado num debate que opõe os 'que estão connosco' ao que 'estão contra nós'. Como este artigo procura explorar, os discursos políticos oficiais têm refletido, no Moçambique independente, uma continuidade com muitos elementos ideológicos desenvolvidos durante a guerra de libertação. A figura do 'inimigo', central à definição do estado-nação, é uma delas; esta figura tem conhecido várias metamorfoses (a Renamo, os conflitos homem-animal, a pobreza, etc.), atuando sempre como chamada patriótica à unidade nacional. Este trabalho, cujo enfoque está centrado na primeira década de independência, explora como as histórias de violência que Moçambique conhece marcam, numa lógica dialética, as ideologias e mentalidades quer dos colonizadores quer dos colonizados.

Palavras-chave: Nacionalismo; Moçambique; Independência; História-oficial; Inimigo

Introdução

Durante a conferência de imprensa que se seguiu à assinatura dos acordos de Lusaca, em Setembro de 1974¹, Samora Machel, presidente da FRELIMO², destacaria a unidade como “a arma principal da nossa vitória”, afirmando que o movimento agia “guiada pelo interesse das massas — porque as massas engajadas fizeram da FRELIMO o povo em armas”. A mensagem central era a de uma FRELIMO unida, que havia ultrapassado as divisões internas³. A mensagem central era a de que a vitória na luta pela independência cabia à FRELIMO, identificada com o povo, um movimento unido e robustecido na luta. E é esta a imagem da Frelimo, unificada e gloriosa, que tem prevalecido.

Destacando o papel da luta armada na conquista da independência, a macro-narrativa sobre a luta nacionalista inaugurada com a independência tem-se centrado num debate que opõe os ‘que estão connosco’, com a Frelimo, aos que estão contra nós’, construindo um extenso silêncio sobre as causas da vitória da luta (Bragança e Depelchin: 1986: 29-30). Como este artigo procura explorar, os discursos políticos oficiais produzidos no Moçambique independente, refletem uma continuidade com elementos ideológicos produzidos durante a guerra de libertação (1964-1974).

Evitando debater as diferenças culturais e políticas presentes em Moçambique, a FRELIMO, assumindo o papel de herdeira legítima da luta nacionalista, procurou estabelecer uma visão de nação para o território que era Moçambique assente na grande narrativa gerada pela luta anticolonial, centrada na denúncia do colonialismo e dos seus vícios. Este projeto combinava uma proposta identitária negociadora de algumas diferenças (ex. género) e eliminando outras (raça, etnia, etc.).

1 Estes acordos, firmados a 7 de Setembro em Lusaca, na Zâmbia, entre o Governo Português pós-25 de Abril e a Frente de Libertação de Moçambique — movimento que encabeçara a luta armada nacionalista, estabeleceram as condições de cessar-fogo e abriram caminho para a independência de Moçambique, a 25 de Junho de 1975. A FRELIMO, principal força política, emergiu como força política vencedora. Na sequência destes acordos tomou posse um governo de transição liderado por um Alto-comissário português, cabendo a liderança do governo (1.º ministro) à FRELIMO.

2 Em 1977 este movimento (FRELIMO) transformou-se em partido político (partido Frelimo), garantindo a governação do país que em contexto de partido único, quer em situação de multipartidarismo.

3 Arquivo Histórico de Moçambique, Arquivo Sonoro, Fundo SM0019.

As histórias de violência que Moçambique conhece marcam, numa lógica dialética, as ideologias e mentalidades quer dos colonizadores quer dos colonizados, como Fanon sublinhou (1961)⁴. Estas heranças continuam a ter efeitos nas mentalidades políticas e na estrutura sociocultural contemporânea, exigindo uma discussão dos mitos e tabus fundacionais da narrativa libertadora que marca a conceção de moçambicanidade.

1. A criação da 'nova' sociedade: novos sujeitos políticos, novos projetos políticos

Um dos maiores desafios que se colocam às modernas sociedades democráticas é o da incorporação da diferença identitária e cultural nos preceitos legislativos, para que a constituição — a visão político-jurídica — reflita e afirme as identidades e processos normativos de todos os cidadãos. Em Moçambique, com a independência, a construção da identidade política nacional esteve sempre intimamente ligada ao projeto da 'moçambicanidade', imposta e assegurada pela autoridade política e pelas suas instituições legais e administrativas. Era imperativo ultrapassar a categorização hierárquica da diferença, herança da colonização, ou seja, a ideia de que existiam cidadãos de primeira e segunda classe. Se o período colonial foi caracterizado, para a maioria dos moçambicanos, pela construção de uma referência cidadã assente na pertença étnica (ou seja, uma pertença identitária coletiva), o projeto político dominante no país independente, defendido pela FRELIMO, exigia a igualdade jurídica de todos os cidadãos, independentemente (e primordialmente sem relação) das suas raízes étnicas. "Matar a tribo para construir a nação" (Machel, 1974: 39) — uma das frases de ordem em voga no período revolucionário — refletia este projeto, ou seja, a emergência de uma identidade nacional desenraizada do passado étnico, das diferenças religiosas, das continuidades com o projeto do estado, etc.

A ampliação das estruturas desenvolvidas nas zonas libertadas para estender o poder popular, a participação democrática de todo na construção do país foi uma tarefa que se colocou de imediato com a independência (Machel, 1978). Porém, as suspeitas da FRELIMO em relação às pessoas que não haviam aderido ao seu projeto de luta constituía uma referência de uma presença 'outra' num país imaginado como homogéneo. É neste contexto que, no início de 1975, se define que a "destruição das estruturas do passado não é uma tarefa secundária, nem um luxo ideológico. É uma condição para o triunfo da Revolução" (FRELIMO, 1976). As elites

4 A crítica de Fanon destinava-se aos líderes de movimentos que após a independência haviam usado os partidos e movimentos para controlar os cidadãos, emergindo como os novos opressores.

locais e as estruturas de poder associadas à administração colonial foram fortemente estigmatizadas e as múltiplas práticas que se reafirmavam como tradicionais banidas da esfera pública, a exemplo do que tinha acontecido nalguns países vizinhos (Meneses, 2009, 2015; Meneses e Santos, 2009). Nos primeiros anos da revolução moçambicana, o governo da Frelimo banuiu as autoridades tradicionais e religiosas, vistas como comprometidas com o 'inimigo', numa tentativa de mudar radicalmente a estrutura governativa herdada da época colonial. Em sua substituição foram introduzidas novas estruturas, como as assembleias populares, os grupos dinamizadores, os tribunais populares, etc. O implantar de novas estruturas de poder tinha como objetivo "levar as massas trabalhadoras, desde a localidade, a participar ativamente na direção do Estado" (Machel, 1978: 144). Considerados os embriões de novas formas de poder popular a partir da base (Cahen, 1985), o acesso a estes órgãos estava vedado a todos os considerados aliados ou apoiantes da presença colonial portuguesa, considerados traidores à causa do povo. Como discutirei mais adiante, as acusações de traição jogaram um papel importante na manutenção da ordem social e do projeto político da Frelimo. Ao denunciar o 'outro' moçambicano como inimigo interno a Frelimo manteve a lógica de construção de unidade interna: ao grupo dos revolucionários e seus aliados de classe (os operários e camponeses), opunham-se os reacionários. Ao acusar um certo setor da população de 'inimigo', a Frelimo definia as condições do seu poder, procurando estabelecer as condições políticas de participação plena no projeto nacional, assim como as possibilidades de 'reeducação' e 'purificação' dos traidores.

A administração política de Moçambique independente, liderada pela FRELIMO, almejava governar em nome do povo, povo este que se revelava extremamente diverso, dividido entre ambientes rurais e urbanos, com diferentes crenças religiosas, opções políticas, etc. E esta oposição acontecia tanto no exterior — a Rodésia e a África do Sul do apartheid e os seus aliados, que mantinham uma vigorosa oposição à opção revolucionária do jovem país (Meneses e Martins, 2013), como no interior do país. Na frente interna, Samora Machel, o primeiro presidente de Moçambique, em inúmeros discursos, fustiga a latência das mentalidades coloniais, criticando abertamente os vícios dos 'assimilados' e as expectativas da burguesia nacional, especialmente nos centros urbanos⁵. É assim que os moçambicanos se *dividem* entre os revolucionários e os reacionários, estes últimos vistos como os que insistiam em dar continuidade à 'missão colonial':

Há pouco falámos da herança colonial. Mas agora isto é nosso produto. Produto desta nova fase. Não podemos dizer que é produto do colonialismo. Deixámos que uma minoria se infiltrasse nas nossas estruturas. [...] São uma minoria de

5 Os centros urbanos eram vistos como o grande foco de expansão da burguesia e dos seus vícios, potenciais aliados da reação, que urgia controlar e transformar.

reacionários, de agentes do inimigo que ocupam tarefas de Direção e lugares de chefia. Deixámos que os agentes do inimigo ocupassem posições-chave. (Machel, 1980a: 65).

E apelando à experiência da luta armada, Machel garantia:

Temos as armas [...]. Vamos utilizar as mesmas balas que derrotaram o colonialismo português em Moçambique. O inimigo é o mesmo! Pode ter cor preta, amarela, branca, o inimigo é o inimigo, o inimigo precisa do mesmo tratamento. [...] Vamos desalojar o inimigo infiltrado no nosso seio (1980a: 85).

Este 'inimigo', infiltrado no seio do Povo, condensava toda e qualquer hostilidade ao projeto revolucionário conduzido pelo 'homem novo'. No contexto moçambicano, como José Luís Cabaço afirma, "o discurso do 'homem novo', do sujeito do poder popular, teve legitimidade enquanto subsistiu a condição de confrontação armada direta com o inimigo, durante a luta pela libertação nacional"⁶. Porém, com a conquista da paz e da independência, a figura do 'inimigo' tornou-se abstrata e distante. O próprio discurso sobre o 'homem novo' acontecia agora em contextos mais diversos, como eram as cidades onde o poder era realizado, que diferiam bastante dos ambientes que a FRELIMO controlara durante guerra.

2. Expondo o 'inimigo' da revolução moçambicana

A afirmação da centralidade da referência ao 'homem novo' foi parte da retórica ideológica usada em Moçambique na busca do alicerçar do projeto nacional idealizado pela força política que dirigia o país. Em 1978 foi publicado na Revista Tempo, um importante órgão noticioso no país, um discurso de Sérgio Vieira, que integrava o núcleo central da Frelimo, intitulado "O homem novo é um processo". Nesta peça a construção do 'homem novo' é apontada como condição central da revolução em curso no país (1978: 27).

Crescentemente moralista e prescritivo, este e vários outros discursos que se seguiram sinalizavam uma realidade que não encontrava espelho nem no campo, nem na cidade. E nesta altura o regime ia adquirindo um caráter autoritário exatamente pela incapacidade, por um lado, de transformar qualitativamente as relações socioeconómicas presentes e, por outro, de gerir as diversificadas dinâmicas socioculturais novas que se lhe deparam.

⁶ Entrevista realizada em Maputo, em 2011.

As resistências que se avolumam ao projeto político da revolução popular vão surgir, nos media oficiais, associadas a uma figura que materializava em si todos os aspetos negativos que desafiavam o projeto do Estado e o projeto da nação: Xiconhoca, o inimigo⁷. Esta personagem fictícia, mas muito popular, condensava em si o arquétipo do moçambicano imoral e corrupto. As mensagens éticas e políticas que esta figura vai transmitir transformaram-se rapidamente na marca dos comportamentos a evitar, sob risco de se ser penalizado pela justiça popular, por “comprometem o desenvolvimento do processo revolucionário no nosso País” (Frelimo, 1979: 2), como procurarei detalhar de seguida.

Com efeito, no Moçambique recém-independente, o risco de fraturas de classe, étnico-regionais e raciais era uma realidade. Neste contexto, as declarações sobre a natureza do inimigo contribuíam para delinear com precisão as fronteiras morais do Estado, e do povo em nome de quem a Frelimo governava. Como Alice Dinerman sublinha, a Frelimo buscou ampliar o seu apoio popular denunciando características identitárias negativas específicas, como o racismo, o tribalismo ou o regionalismo, ou ainda contra ideologias mistificadoras que desafiavam a proposta da Frelimo, como o liberalismo, o populismo, ou o esquerdismo (2006: 70). Durante a primeira década do Moçambique independente, era praticamente impossível falar de diferenças sociais para além das diferenças óbvias entre colonizadores e povos oprimidos, entre ricos e pobres, etc. Referências a outras formas de diferença — fossem de natureza cultural ou mesmo étnica — eram condenadas como promotoras de regionalismo e de ações tribalistas, como ‘ameaças à integridade da nação’.

Num outro patamar, a reforma da estrutura administrativa do Estado, avançada pela Frelimo, a partir das experiências de democratização participada desenvolvidas nas antigas zonas libertadas, contrastava com o peso das representações burocráticas coloniais presentes, sobretudo nas cidades. Esta reforma visava criar um outro Estado, livre da opressão e exploração coloniais. É neste contexto que o III.º Congresso da Frelimo vai introduzir a novas orientações relativas à administração do território e à natureza do Estado. Estabelecida a necessidade imperiosa de combater os resquícios das mentalidades coloniais, as decisões do congresso incluíam a “necessidade de completar a destruição do aparelho de Estado colonial-capitalista [...] acelerando a criação de novos órgãos do Poder estatal a nível do distrito e da localidade” (FRELIMO, 1977). Ou seja, uma vez mais, a linguagem militarista identificava o inimigo simbolizado na imagem de um estado burocrata e distante do povo, que urgia destruir.

A emancipação da mulher sempre foi um dos grandes objetivos da luta nacionalista, assumida “como uma necessidade fundamental da Revolução, a garantia da sua continuidade e a precondição da sua vitória” (Machel, 1974: 24), parte impor-

7 Xiconhoca é uma palavra composta de dois nomes: Xico e Nhoca: O primeiro nome vem de Xico-Feio, um indivíduo que pertenceu à polícia política do Portugal colonial-Fascista, a PIDE-DGS. Nhoca, em quase todas as línguas do País, significa cobra, percebida como animal traiçoeiro (Frelimo, 1979).

tante da sociedade moçambicana defendia um lugar secundário, 'tradicionalmente legítimo' para a mulher. Esta parte 'tradicional' da sociedade moçambicana, conceptualizada como representando a dupla opressão e exploração a que as mulheres estavam submetidas — exploradas pelos homens e oprimidas pelo colonialismo -, que vão ser vistos como um dos pilares em que o 'inimigo' se apoiava. Por outro lado, apesar de vários elementos da 'cultura tradicional' serem vistos como promovendo propósitos obscurantistas e identificados como 'resquícios' de um mundo 'inimigo tribal', a exaltação da autêntica cultura, expressa nas danças, línguas e heróis nacionais era uma das apostas do estado moçambicano. A antinomia moderno-tradicional invade este debate, onde as interferências culturais exógenas, metáforas de aculturação colonial, são vistos como marcas da presença do inimigo. No novo Moçambique, as intervenções culturais não-autênticas eram vistas com suspeita, como uma intervenção do inimigo que colocava em causa os alcances da libertação. Como consequência, vários jovens, acusados de terem um comportamento não adequado ao processo revolucionário, por terem, ao assimilar a cultura burguesa desprezando as suas raízes, foram enviados para campos de reeducação⁸.

Se o Xiconhoca simbolizava essencialmente o inimigo interno, nas suas várias metamorfoses, como acima apontado, a presença dos regimes de minoria branca na Rodésia e na África do Sul do apartheid resultava em instabilidade política e permanente tensão militar na região. Dando continuidade ao apoio às forças políticas que lutavam pelo fim dos regimes minoritários racistas na região, Moçambique sofreu múltiplas incursões militares, assim como bloqueios económicos. A radicalização do projeto nacionalista africano, que se estendia ao extremo sul do continente africano expunha uma outra face do inimigo presente nas provocações militares operadas pelos regimes da África do Sul do apartheid e da Rodésia do Sul contra Moçambique, que punham em causa a soberania de Moçambique⁹.

O facto da economia moçambicana estar dependente do sistema capitalista internacional (Machel, 1980b), expunha a frágil realidade do país, alvo de inúmeras situações de sabotagem económica, de pequena ou grande escala, que punham em risco a (re)produção das condições revolucionárias. O florir do chamado 'mercado paralelo' nos media da altura ecoava quer a tentativa de fuga a um regime de preços fixados pelo governo, quer a falta de alimentos, fruto do bloqueio económico regional. Desde os primeiros dias do Moçambique independente que o novo regime se confrontou com desafios de legitimidade fruto de dificuldades económicas domésticas. E é assim que se explica que entre os réus do Tribunal

8 Entrevistas realizadas em Setembro de 2011 em Maputo, com várias pessoas que passaram por campos de reeducação.

9 Para muitos, como Geffray (1991), a combinação explosiva das ações de intimidação externa com a agressividade revolucionária interna está na origem da RENAMO, o movimento que, a partir de finais da década de 1970, desencadeou o governo da Frelimo de armas na mão. Esta guerra civil terminaria apenas em 1992, com a assinatura do Acordo Geral de Paz. Na sequência deste acordo este movimento depôs as armas e transformou-se na Renamo, partido político.

Militar Revolucionário¹⁰ se encontrassem pessoas acusadas de crimes de natureza económica, tendo sido condenadas a penas que incluíam chicotadas ou mesmo a pena de morte (Meneses, 2015).

Estes exemplos são parte de um conjunto de medidas políticas levadas a cabo pelo partido-estado Frelimo contra múltiplos inimigos, antigos e recentes. Num discurso pronunciado em 1977, Samora Machel apontava o dedo ao grupo que acusava de veicular a mentalidade do 'inimigo'. Urgia, tal como no tempo da luta e como tinha acontecido com os antigos traidores, reeducar este grupo de 'sabotadores' e 'reacionários'. Na sequência destas ações, no país aconteciam múltiplas atividades de denúncia, que incluíram a afixação pública das fotos e biografias dos que haviam pertencido às estruturas ideológico-repressivas do aparelho de Estado colonial, denúncia dos antigos membros de partidos políticos que haviam emergido em 1973-74, antigos militares do exército colonial, madrinhas de guerra, etc. expostos como "os que foram preparados pelo colonialismo para os substituir, que ficaram cá como minas retardadas para explodir a longo termo" (Machel, 1980: 44). Estas medidas, associadas à radicalização da justiça militar¹¹, procuravam fazer face à desestruturação que afetava Moçambique.

Com o adensar das contradições no país, onde a frente interna dos inimigos da revolução alastrava, a Frelimo avançaria com uma proposta radical: a 'Ofensiva Política e Organizacional'. Samora Machel, revisitando os 5 anos de Moçambique independente, denunciava, no discurso que inaugurou esta Ofensiva, a presença de um inimigo minoritário que se havia infiltrado em múltiplas estruturas do país e que ameaçava os interesses do Povo (1980). Apelando à continuação do combate para construir uma nova sociedade, com nova mentalidade, avançada pelo 'homem novo' (1980: 18), este discurso reafirmava o significado da força da Frelimo: "nós somos o Povo, pelo Povo e para o Povo" (1980: 50). Quase que reproduzindo o chamamento à insurreição geral armada, de 1964, este discurso anunciava uma nova ofensiva, o prolongamento da luta armada (1980: 71). Tendo como referência a experiência da guerra, Machel prevenia, analisando a radiografia dos inimigos que afetavam o país:

Mas haverá traidores e vacilantes. [...] A purificação permanente das nossas fileiras não é apenas uma questão de princípios, é uma exigência do combate, uma condição para a vitória. [...] sairemos desta batalha mais fortes e revigorados, depois de nos libertarmos da carga impura (1980a: 72).

10 O Tribunal Militar Revolucionário (TMR) foi uma estrutura interina introduzida em março 1979 através da Lei 3/79 (*Lei dos Crimes contra a Segurança do Povo e do Estado Popular*). Integrando essencialmente militares, este tribunal, que funcionou durante cerca de dez anos, tinha por função central lidar com as acusações de crimes contra a segurança do Estado. O TMR foi o principal instrumento jurídico usado pelo Estado moçambicano e pela Frelimo no poder na luta contra a insurgência armada da RENAMO.

11 Com chicotadas, fuzilamentos e condenações a campos de reeducação, punições sancionadas legalmente pelo Tribunal Militar Revolucionário.

O apelo moral à união ideológica opõe a pureza das razões da luta às ações do inimigo, num contexto onde o conteúdo do significado de inimigo se foi transformando, situação que é inequívoca no processo de afirmação da identidade nacional, que se irá exacerbar no período da divisão interna de Moçambique entre Frelimo e Renamo¹².

3. Confrontando o passado?

Dois outros episódios são fundamentais para compreender a existência de um debate sobre o passado nacional moçambicano: a reunião com os moçambicanos ex-presos políticos, em 1978, e a reunião com os moçambicanos considerados ‘comprometidos’, de 1980. Juntamente com os ‘julgamentos de Nachingwea’¹³, estes dois eventos, inovadores, embora inevitavelmente incompletos, permitiram no seu conjunto avaliar, na longa transição política, esta forma de ‘justiça de transição’, bem como os seus impactos nas esferas da participação democrática e da reconciliação, da ampliação da cidadania e justiça. Estas arenas diretamente relacionadas com alguns dos mais violentos processos do passado recente de Moçambique, integraram mecanismos do que atualmente se chama justiça de transição¹⁴.

A frente de luta nacionalista incluiu, para além da luta armada, uma ampla frente de resistência. Procurando eliminar a oposição ao colonialismo, o regime colonial português construiu um sofisticado aparelho de repressão direta, recorrendo à PIDE/DGS, à própria polícia pública — a PSP —, a várias organizações de milícias — como por exemplo a OPVDC¹⁵ — aos tribunais especiais, bem como a uma ampla legislação penal que sancionava uma série de arbitrariedades. Por altura do 25 de Abril, no resultado desta luta contra a ‘subversão’ alguns milhares estavam presos em Moçambique. Para muitos destes, a cadeia e o campo de concentração viriam a ser a verdadeira ‘escola nacionalista’, o local onde, em contato com outros presos políticos, se construiu e reforçou uma consciência política nacionalista e militante

12 As raízes da RENAMO podem ser encontradas nos conflitos que marcaram a FRELIMO, desde a sua fundação. Frutos das lutas que atravessaram o movimento, especialmente após o II.º Congresso deste movimento, em 1968, vários dos elementos considerados reacionários, e percebidos como aliados dos colonialistas (e por isso expurgados da FRELIMO) irão mais tarde aderir à RENAMO. Veja-se Meneses, 2015.

13 Julgamento político realizado na Tanzânia, em Março e Maio de 1975. Em Nachingwea funcionava então um dos principais centros de Formação Político-Militar da FRELIMO. É aqui que chegam, em finais de 1974 — inícios de 1975, mais de 300 moçambicanos, sobre quem recaía a acusação de haverem traído a causa da independência. Estes serão sujeitos a um julgamento ‘revolucionário e popular’, tendo sido condenados a campos de reeducação (Meneses, 2015: 25-26). Sobre o assunto veja-se igualmente Cabrita, 2000; Ncomo, 2003 e Couto, 2011.

14 Veja-se sobre este tema, para a região austral do continente africano, entre outros, Alexander, McGregor e Ranger, 2000; Wilson, 2001; Chapman e Ball, 2001; Torpey, 2003.

15 Organização Provincial dos Voluntários de Defesa Civil, que funcionou em Moçambique até 1974.

(Mateus e Mateus, 2010; Langa, 2011). Para muitos, foi neste contexto que, em contacto com militantes da FRELIMO, vieram a conhecer este movimento e os objetivos da sua luta (Magaia, 1988). Porém, como várias entrevistas realizadas em Moçambique sugerem, nem todos os presos políticos chegaram a ter consciência política sobre os objetivos da luta, sobre o sentido da revolução em curso. Fechados no paradigma da luta contra o colonialista, a luta era vista como um meio para expulsar os portugueses de Moçambique. Por isso muitos, sendo militantes da FRELIMO, e presos acusados de apoiá-la ou fazerem parte dela, saíram da cadeia sem aprender o sentido político amplo do seu projeto nacionalista.

Após o 25 de Abril, vários ex-presos políticos, em liberdade, envolveram-se profundamente na gestão do país, militando no reforço e ampliação das estruturas de base da FRELIMO, muito antes dos Acordos de Lusaca. A sua participação foi fundamental, por exemplo, na organização de uma ampla defesa, nos bairros da então 'periferia negra' da cidade de Lourenço Marques, contra as intencionas do 7 de Setembro e do 21 de Outubro¹⁶. Foi com o seu trabalho que se evitaram mais pilhagens aos estabelecimentos produtivos e comerciais e uma desordem ainda maior. Porém, a posição da Frelimo em relação aos antigos presos políticos combinava um misto de reconhecimento, desconfiança e um espírito de 'ajuste de contas'.

Como o presidente Machel afirmaria no encontro com os antigos presos políticos moçambicanos, em 1978, o objetivo da reunião era descobrir as traições no movimento¹⁷. E Rebelo detalhou as razões do encontro com os ex-presos, que se estendeu por 3 meses:

Facto é que alguns [dos presos políticos] se revelaram de fato patriotas e não deram informações sobre a FRELIMO, sobre as redes, não traíram. Mas outros deram. E nós [Frelimo] não estamos esclarecidos sobre quem traiu e quem não traiu. Assim, como vocês [presos] se conhecem e se conheciam muito bem, vamos fazer uma reunião para, através duma troca de informações, saber exatamente quem é quem e o que é que fez durante o período em que esteve preso [...] (Rebelo em Mateus, 2006: 397).

A diferença entre a justeza da causa dos nacionalistas ex-presos políticos e os antigos guerrilheiros derivava, como Rebelo acentuaria, da experiência da luta armada, a verdadeira escola do 'homem novo', e do que não trairia a causa da revolução. Já em relação aos ex-presos políticos, a dúvida mantinha-se, o que os transformava em nacionalista de segunda categoria.

A luta armada foi uma escola. Não era só disparar. Foi luta política e militar. Em relação aos que participaram na luta armada sabemos quem é quem, dão garantias de que aquilo que estamos a construir depois da independência vai ser

¹⁶ Entrevistas realizadas em Maputo, em 2011-2012

¹⁷ Arquivo Histórico de Moçambique, Arquivo Sonoro, Fundo SM006.

assumido por eles. Quanto a vocês [ex. presos], não passaram por esta escola, portanto a equiparação não pode ser feita assim, automaticamente (*Idem*: 398).

A palavra de ordem era: um guerrilheiro, em qualquer circunstância, não trai, não vacila sequer. A frente de militantes que se haviam infiltrado no sul de Moçambique, e que constituía uma parte importante dos presos políticos, era também vista como sendo uma 'frente de guerrilha'. E tinha havido vários momentos em que os presos haviam 'colaborado' com as autoridades prisionais. Agora era preciso esclarecer as razões dessas vacilações, era preciso purificar esta massa humana que havia apoiado a luta. Se os 'comprometidos' podiam ser detidos e enviados para a reeducação, nas frentes de luta produtiva no interior do país de forma inescrupulosa, para com os presos políticos a estratégia teria de ser distinta: havia que denunciar e castigar os que haviam "traído a causa da luta", mas também importava 'recuperar' os vacilantes e consagrar os heróis¹⁸. Assim, vários presos políticos (muitos dos quais com mais de 6 anos de cárcere) que neste encontro reconheceram haver traído, foram 'condenados' a campos de reeducação, onde se deveriam 'purificar' trabalhando com o povo. Já os que haviam vacilado (a enorme maioria) tiveram de transformar-se em 'combatentes', conhecendo, durante dois meses, preparação político-militar. Esta terminaria em julho de 1978, num encontro em que o presidente participou. Machel na altura sublinhou:

[Tratou-se de] um processo de libertação das consciências. A crítica e autocritica permitiram a denúncia dos traidores, o início do processo de recuperação dos hesitantes, e a consagração dos heróis. [...] Vocês eram um terreno que o inimigo tinha fertilizado e que estava pronto a receber a semente que ele quisesse deitar. Hoje são uma zona libertada, onde o inimigo não vai encontrar a cumplicidade voluntária, nem aquela a que vos poderia obrigar, com a ameaça de revelar o vosso passado¹⁹.

Para Marcelino dos Santos, um dos históricos da Frelimo, este processo justificou-se pela necessidade de transformar os antigos presos políticos em "homens livres, que se tinham libertado a si próprios dos comportamentos errados que tinham tido na prisão" (in Mateus, 2006: 477). Esta era uma condição necessária "à sua libertação, porque as pessoas andavam na rua e [...] sabiam que tinham colaborado" (in Mateus, 2006: 478).

O alerta para esta situação havia surgido ainda antes da independência. Numa das reuniões preparatórias da organização dos Grupos Dinamizadores, realizada ainda durante o Governo de Transição, em Fevereiro de 1975. Para Chissano, então primeiro-ministro, o inimigo, se bem que derrotado militarmente, havia adotado no-

18 Arquivo Histórico de Moçambique, Arquivo Sonoro, Fundo SM006.

19 *Ibidem*.

vas táticas para assegurar a perpetuação da “exploração do homem pelo homem e a continuação da opressão do povo moçambicano”²⁰. O extenso relatório deste encontro inclui uma lista detalhada dos que, por serem considerados suspeitos, não podiam integrar os Grupos Dinamizadores. Esta lista é encabeçada pelos “comprometidos com o capitalismo colonial” (ex-PIDEs, ANPs, GEs, GEPS, Comandos, OPVD-Cs, etc.), abarcando também os membros das chamadas “organizações fantoches” (partidos surgidos pelos do 25 de Abril e banidos depois de 20 de Setembro de 1974), e os “anti-sociais e adeptos de tendências erradas”: os polígamos, as prostitutas, os burgueses, etc. Estes ‘comprometidos’ de forma alguma poderiam integrar qualquer das estruturas da FRELIMO, mesmo que se apresentassem voluntariamente e se declarassem arrependidos do seu comportamento passado.

Muitas pessoas que haviam entretanto aderido à Frelimo, especialmente durante o processo de preparação do III.º Congresso, foram identificados como “comprometidos” e expulsos do partido; a nível do aparelho de estado e de várias empresas intervencionadas aconteceram purgas semelhantes. Em muitos casos estes elementos foram presos e/ou enviados para a reeducação, acusados de serem “agentes do inimigo infiltrados nas estruturas do poder popular”, dando origem a uma ampla campanha de ‘Reestruturação do partido’. Em finais de 1978, associado a este evento, e como o aumentar da instabilidade política e militar²¹ no país, a direção política da Frelimo pronunciou-se publicamente, defendendo “a necessidade de vigilância sobre todos os elementos que estiveram comprometidos com organizações do colonial-fascismo”. Nesta sequência estabelecia-se a necessidade afixar nos locais de trabalho e de residência, listas (associadas a fotografias pessoais) com os nomes dos ‘comprometidos’. Esta medida destinava-se, de acordo com o comunicado, a “permitir que todo o povo exerça uma vigilância rigorosa e eficaz sobre estes elementos, muitos dos quais, ainda hoje, levam a cabo ações contra as nossas conquistas revolucionárias”²².

Procurando ultrapassar a separação criada entre o conjunto de inimigos e a ‘população moçambicana’, a estratégia adotada pela Frelimo procurou lidar com a memória destas ligações coloniais combinando a punição (apresentação pública da traição) com processos de purificação. Para Borges Coelho, a ‘purificação’ acontecia pela apresentação escrita das biografias individuais dos comprometidos, demonstração do seu arrependimento, chave para a sua libertação de potenciais chantagens face ao seu passado, agora incómodo (2003: 191).

O último episódio deste processo dá-se nos inícios da década de 80, durante uma série de encontros de lideranças da Frelimo com os ‘comprometidos’. Não tendo optado pela realização de Comissões de Verdade e Reconciliação, Samora

20 Revista Tempo, n.º 230, de 23 de Fevereiro de 1975.

21 São vários os casos conhecidos de antigos militares que, não satisfeitos com o tratamento recebido em Moçambique, haviam aderido à RENAMO.

22 Revista Tempo, n.º 427, de 10 de Dezembro de 1978.

Machel foi abordando esta temática ao longo de vários discursos, os quais culminaram com a realização de um grande encontro em Maio de 1982, no Maputo, o qual ficou conhecido como a 'Reunião com os comprometidos'. Este grupo significativo e extremamente heterogéneo incluía todos os que não 'cabiam' na epopeia histórica do fabrico do 'homem novo', do projeto do 'novo homem moçambicano'. Eram os que tinham cedido à tentação e se tinham comprometido com o sistema colonial. Entre antigos membros da polícia política colonial, a PI-DE-DGS, a membros da ANP, a tropas especiais Comando que haviam estado no Exército Português, vários grupos militarizados, as madrinhas de guerra, as autoridades tradicionais, políticos, pessoal dos escalões mais baixos do aparato administrativo, etc. Em suma, quem 'não havia estado conosco' era visto como apoiante do inimigo.

Nestes encontros, orientados pessoalmente pelo presidente de Moçambique, Samora Machel, participaram igualmente importantes figuras da direção do partido-estado. Aqui, o processo de 'integração' dos comprometidos transformou-se, de novo, num projeto de busca da verdade, que procurou elucidar, clarificar e dar a conhecer a complexidade do percurso histórico destes moçambicanos que haviam traído a causa da luta nacional. Importava refazer o percurso da memória, tinha-se de reeducar a memória pelo esquecimento, e foi o que se procurou fazer. Durante os encontros²³, o presidente interpelou vários moçambicanos envolvidos com a vigência colonial que, em conversas mais ou menos espontâneas, iam expondo a razão de terem sido considerados 'comprometidos'.

Para Samora Machel,

Só revendo o passado conheceremos o presente. Só conhecendo o presente faremos a perspetiva do futuro. [...] História é história!

Sublinhando a função judicial destes encontros, Machel lembrava o papel do inimigo:

As vossas tarefas e ações eram complementares, concorriam para o mesmo objetivo. Qual? Impedir a independência, negar Moçambique.

[...] Foi um ato de justiça!... justiça revolucionária. Nos outros países teriam sido arrastados para os tribunais. Noutros países, onde triunfa uma revolução, teriam vos fuzilado.

[...] Mas, fizemo-lo também para impedir para que tivessem uma vida dupla, para permitir que se libertassem.

23 E foi seguido de outros nas províncias e ao nível de ministérios, etc.

Hoje, em Moçambique independente, são hoje cidadãos de um país independente e soberano, respeitado na comunidade internacional! Libertámos o nosso país para que fossem os moçambicanos a decidir e determinar sempre os seus destinos²⁴.

Estes traidores, descritos como as ‘minas’ deixadas pelo colonialismo, seriam considerados, depois da ‘narração do seu sofrimento’, cidadãos plenos. “Já não há PIDEs, já não há GEs, só há moçambicanos”, engajados na reconstrução nacional, afirmou Machel no final do encontro²⁵.

O que este processo de ‘recobro’ da verdade revela são as contradições resultantes da tentativa de governar Moçambique assentes num projeto desenvolvido nas zonas libertadas por um pequeno grupo de ‘puros’, que assume deter a legitimidade para decidir um ‘futuro melhor’ para todos os moçambicanos. A transição de um movimento de guerrilha para um partido, que lidera o poder do Estado moçambicano, como esta análise mostra, revelou-se muito difícil na capacidade de se ‘purificar’ de elementos reacionários que ameaçam a linha justa da luta.

Este processo de transformação arrogava a esse pequeno grupo a legitimidade moral de identificar os impuros e purificar as fileiras²⁶. As múltiplas ofensivas seriam exemplo destas tentativas. Este processo, repleto de contradições, será, apesar de pouco estudado ainda, um dos exemplos de recuperação da Verdade, após um tumultuoso e violento processo de luta militar e política.

Como a história de Moçambique revela, não se pode reivindicar a luta armada de libertação nacional, liderada pela FRELIMO, como o único elemento fundador da unicidade moçambicana. Houve outros conflitos, outros processos políticos que fizeram avançar a luta e definir as condições para o seu sucesso. A evolução da luta nacionalista só pode ser entendida na sua profundidade se, aos fatores e contradições internas que a influenciaram se juntarem aqueles que resultaram do confronto com o poder colonial.

Conclusão

Os discursos políticos oficiais têm refletido, no Moçambique independente, uma continuidade com muitos elementos desenvolvidos durante a guerra de libertação. A figura do ‘inimigo’, central à definição do estado-nação, é uma delas;

24 Arquivo Histórico de Moçambique, Arquivo Sonoro, Fundo SM006.

25 Houve alguns que foram presos, por se recusarem a assumir a responsabilidade sobre o seu passado, a explicar os seus atos de traição (“Zicale: esquecer provocando”, de António Souto, em *Jornal Notícias* de 12 de Fevereiro de 1982).

26 In *Jornal Notícias*, de 1 de Março de 2008.

esta figura, que tem conhecido várias, metamorfoses, atuando sempre como chamada patriótica à unidade nacional²⁷.

Thandika Mkandawire (2004) tem vindo a incitar os intelectuais africanos a assumirem um papel mais central, como agentes de mudança política no continente. Este desafio apela a uma tomada de posição dos intelectuais, para além da posição estatocêntrica, dominante, ou seja, em que o Estado, como este texto procura analisar, se assume como a principal força de mudança e transformação social.

No contexto moçambicano, o Estado, principal instância empregadora e financiadora de projetos de investigação no campo das ciências sociais e humanidades, coloca alguns desafios à democratização (incluindo da história) a partir de dentro, através da intervenção dos intelectuais. Porém, não há qualquer correlação política direta entre ser-se um bom intelectual e ser-se democrata ou um bom governante: de igual modo, não se verifica qualquer correlação direta entre ser-se um bom intelectual e ser-se um oponente político crítico e engajado no processo de transformação social. A natureza e o alcance da transformação social, bem como o tipo de transformações sociais que a ação pode gerar, dependem não só da natureza da pesquisa, mas também das relações e das experiências sociais do intelectual enquanto sujeito humano e da medida em que ele se identifica com o conhecimento (D'Souza, 2009: 36). Para que a boa pesquisa se desenvolva em ação, contribuindo para a mudança, há que traduzi-la em objetivos programáticos e em sentidos práticos.

As heranças históricas, como é o caso da questão colonial, são geradoras de relações (por vezes bastantes conflituais) entre os vários potenciais herdeiros: dividindo e relacionando as partes em simultâneo. Falar sobre os outros terá sempre de ser sustentado pelo conhecimento produzido com os outros, numa relação complexa e simbiótica. Neste sentido, o conjunto das memórias é obrigado a uma convocação de todas as memórias — nacionalistas e coloniais — para compreender as múltiplas ruturas acontecidas e o seu contributo à construção da moçambicanidade.

Esta pesquisa ecoa os apelos de Richard Werbner, para quem “a crítica ao poder na África contemporânea exige uma antropologia da memória, e da construção das subjetividades políticas, teoreticamente informada” (1998: 2).

O pós-colonial atua, neste contexto, como um idioma crítico que procura refletir sobre os processos de descolonização nas zonas geradas pela violência do encontro colonial. Este questionamento crítico não é um fim em si mesmo, mas um estímulo a uma compreensão mais ampla das várias tentativas e dos múltiplos processos políticos, questionando a sua ontologia. Porém, a imagem de unidade — associada a múltiplos esquecimentos — tem vindo a construir-se. Mas a memorialização não permite questionar o avanço das posições autoritárias pelos

27 Embora atualmente desprovida do conteúdo revolucionário da luta de classes de épocas anteriores.

dirigentes da FRELIMO a partir de 1977-78. Até então, porque a FRELIMO necessitava de ampliar a sua base de apoio para assegurar a legitimidade do seu poder, o movimento foi-se ampliando. O processo que desembocou no III.º Congresso²⁸ sugere a implantação de novas regras. A dinâmica anterior, que funcionava do campo para a cidade, de forma popular e desorganizada, conhecia uma mudança de sentido inverso: uma Frelimo moderna que administrava o país a partir da cidade. Esta Frelimo era coordenada por um grupo de ‘puros’ que, em torno da figura carismática, autoritária e criadora de Samora, impunha as regras a partir do topo e exigia que a realidade a eles se conformasse.

A história é um laboratório onde as experiências sociais são examinadas, estudadas e reformuladas para uso futuro. O objetivo deste trabalho é o de dar voz à complexa transição política que Moçambique conheceu, com múltiplas ondas de violência, desafiando os fantasmas associados à narrativa oficial presente sobre o Moçambique pós-colonial. O repto pós-colonial implica alargar a imaginação sobre a construção de uma sociedade política e de uma estrutura política capazes de dar aos cidadãos uma visão coerente do seu passado. Esta exigência prova que a justiça cognitiva passa pela reescrita da história, um ato que permite aos grupos marginalizados e subalternizados ter orgulho nas suas histórias, justificando que a luta continua, pela democratização do acesso ao passado presente. Esta abordagem remete-nos do passado para o futuro, das lutas pela afirmação do direito à autodeterminação para a esperança de um futuro de reconhecimento recíproco, de uma nova estética de partilha (Said, 1977: 353).

Referências bibliográficas

Alexander, Jocelyn; JoAnn McGregor and Terence Ranger, *Violence and Memory: one hundred years in the ‘dark forests’ of Matabeleland* (Oxford: James Currey, 2000).

Bragança, Aquino and Jacques Depelchin, “Da Idealização da Frelimo à Compreensão da História de Moçambique,” *Estudos Moçambicanos* 5/6 (1986): 29-52.

Cabrita, João M., *Mozambique: The Tortuous Road to Democracy* (New York: Palgrave, 2000).

Cahen, Michel, “État et Pouvoir Populaire dans le Mozambique Indépendant,” *Politique Africaine*, 19 (1985): 36-60.

Chapman, Audrey R. and Patrick Ball, “The Truth of Truth Commissions: comparative lessons from Haiti, South Africa and Guatemala,” *Human Rights Quarterly*, 23-1 (2001): 1-43.

28 Onde a FRELIMO se transformou em partido político.

Coelho, João Paulo Borges, "Da Violência Colonial Ordenada à Ordem Pós-colonial Violenta: sobre um Legado das Guerras Coloniais nas Ex-Colónias Portuguesas," *Lusotopie* 2003 (2003): 175-193.

Couto, Fernando, *Moçambique 1974: O fim do Império e o nascimento da nação* (Lisboa: Caminho, 2011).

Dinerman, Alice, *Revolution, Counter-Revolution and Revisionism in Post-colonial Africa: the case of Mozambique, 1975-1994* (London: Routledge, 2006).

D'Souza, Rhada, "The Prison Houses of Knowledge: activist scholarship and revolution in the era of 'globalization'," *McGill Journal of Education*, 44-1 (2009): 19-36.

Fanon, Franz, *Les Damnés de la Terre* (Paris: Maspero, 1961).

FRELIMO, *Documentos da 8.ª Sessão do Comité Central* (Maputo: Departamento de Informação e Propaganda, 1976).

FRELIMO, *O Partido e as Classes Trabalhadoras Moçambicanas na Edificação da Democracia Popular* (Maputo: Departamento do Trabalho Ideológico, 1977).

FRELIMO, *Xiconhoca — O Inimigo* (Maputo: Departamento do Trabalho Ideológico do Partido Frelimo, 1979).

Geffray, Christian, *A Causa das Armas em Moçambique: Antropologia da Guerra Contemporânea em Moçambique* (Porto: Afrontamento, 1991).

Langa, Aurélio Valente, *Memórias de um Combatente da Causa* (Maputo: JV Editores, 2011).

Machel, Samora Moisés, *A Luta Continua: antologia de discursos do presidente da FRELIMO* (Porto: Afrontamento, 1974).

Machel, Samora, *Estudemos e Façamos dos Nossos Conhecimentos um Instrumento de Libertação do Povo* (Maputo: Departamento do Trabalho Ideológico da Frelimo, 1977).

Machel, Samora, *O Partido e as Classes Trabalhadoras Moçambicanas na Edificação da Democracia Popular* (Lisboa: Edições Avante, 1978).

Machel, Samora Moisés, *Desalojemos o Inimigo Interno do Nosso Aparelho de Estado* (Maputo: Departamento do Trabalho Ideológico da Frelimo, 1980a).

Machel, Samora Moisés, *O Processo da Revolução Democrática Popular em Moçambique* (Maputo: Departamento do Trabalho Ideológico da Frelimo, 1980b).

Magaia, Albino, "Encontro com Albino Magaia", in *Moçambique — Encontro com Escritores*, ed. Michel Laban (Porto: Fundação Eng. António Almeida, volume 1, 1998), 835-866.

Mateus, Dalila Cabrita (ed.), *Memórias do Colonialismo e da Guerra* (Porto: Edições Asa, 2006).

Mateus, Dalila Cabrita and Álvaro Mateus, *Nacionalistas de Moçambique* (Maputo: Texto Editora, 2010).

- Meneses, Maria Paula (2009). "Poderes, Direitos e Cidadania: O 'retorno' das autoridades tradicionais em Moçambique", *Revista Crítica de Ciências Sociais* 87 (2009): 9-42.
- Meneses, Maria Paula, "Xiconhoca, o inimigo: Narrativas de violência sobre a construção da nação em Moçambique", *Revista Crítica de Ciências Sociais* 106 (2015): 9-52.
- Meneses, Maria Paula and Boaventura de Sousa Santos, "Mozambique: the rise of a micro dual state", *Africa Development* 34 (3-4) (2009): 129-166.
- Meneses, Maria Paula and Bruno Sena Martins (ed.), *As Guerras de Libertação e os sonhos coloniais: Alianças secretas, mapas imaginados* (Coimbra: CES/Almedina, 2013).
- Mkandawire, Thandika, "African Intellectuals and Nationalism", in *African Intellectuals: rethinking politics, language, gender and development*, ed. Thandika Mkandawire (London, Zed Books, 2004), 11-53.
- Ncomo, Barnabé L., *Uria Simango: Um homem, uma causa* (Maputo: Edições Novafrica, 2003).
- Said, Edward, *Orientalism* (London: Penguin, 1977).
- Torpey, John (ed.), *Politics and the Past: on repairing historical injustices* (Lanham: Rowman and Littlefield, 2003).
- Vieira, Sérgio, "O Homem Novo é um Processo", *Revista Tempo*, 398, 1978, 27-38.
- Werbner, Richard, "Beyond Oblivion: confronting memory crisis", in *Memory and the Postcolony. African anthropology and the critique of power*, ed. Richard Werbner. (London: Zed Books, 1998), 1-17.
- Wilson, Richard A., *The Politics of Truth and Reconciliation in South Africa: legitimizing the Post-Apartheid State* (Cambridge: Cambridge University Press, 2001).